

Economistas de diversas escolas reuniram-se sábado último em torno do ministro da Fazenda para debater qual a orientação a ser dada à política econômica nos próximos meses. Dos mais ortodoxos até os "pais" do Plano Cruzado houve unanimidade: nenhum pacote poderia exercer efeitos positivos. Ao contrário, qualquer tentativa de deter artificialmente os preços resultaria no desencadeamento de uma hiperinflação, o que, na opinião dos economistas consultados, pode ser afastado até a posse do novo presidente. Recomenda-se, na realidade, uma política de paciência, à qual não deverá faltar certa dose de humildade no que se referir aos resultados a serem eventualmente alcançados.

É preciso ser realista: dificilmente se poderá evitar uma alta da taxa de inflação nos próximos meses. A esperança de fixar-se o patamar da inflação em 30% já se transformou em sonho, como em sonho se transformarão também quaisquer tentativas de imobilizá-la na casa dos 40%. Teremos seguramente uma alta regular, que embora podendo levar a uma inflação por alguns considerada insuportável, encontrará alívio, até certo ponto, no sistema de indexação. Cumprirá apenas tomar algumas medidas para que não sobrevenha uma explosão.

Os economistas estão conscientes da inutilidade de qualquer tentativa de congelamento de preços e salários. Os agentes econômicos já sabem como proteger-se contra o congelamento, sabendo-se igualmente que neste final de governo não existem condições para que as autoridades monetárias possam adotar providências complementares capazes de dar eficácia a um congelamento. Ao invés, qualquer tentativa de choque heterodoxo teria por efeito a aceleração do processo inflacionista, uma vez que, no "após congelamento", se enfrentaria uma explosão de preços hoje evitável. Todavia, para que se mantenha a inflação "sob controle", torna-se indispensável adotar algumas medidas, e repelir uma posição meramente passiva.

A experiência recente mostrou que o mercado não perdoa qualquer atraso do Banco Central quando fixa a remuneração dos títulos públicos. Na situação atual, será melhor pecar por pessimismo (fixando-se a taxa acima da inflação real) do que ignorar os sinais que os diversos índices de inflação estão emitindo ao longo do tempo. Qualquer erro, nesta conjuntura, poderá custar muito, conforme revelou a evolução do mercado paralelo de câmbio nos últimos dias.

É também importante mostrar-se a um mercado, que se sabe em posição de força em relação às autoridades monetárias, que não se abandonou a austeridade como objetivo. Neste sentido, todos os esforços devem ser desenvolvidos para que se mantenha o crescimento da base monetária muito abaixo da inflação. O FMI chegou a propor um crescimento zero, o que parece inexistente no contexto inflacionista atual, que se salda sempre por um fortalecimento da demanda de moeda. Todavia, a continuar-se mantendo a oferta monetária bem abaixo da taxa de inflação, tornar-se-á mais difícil a compra de haveres como o ouro e o dólar, porquanto com defasagem entre o volume da moeda em circulação e a acentuação da taxa de inflação poder-se-á deter a fuga em direção aos bens reais.

Os economistas levantaram uma questão muito delicada: deve ou não o governo, conforme pretendia, reajustar os preços administrados e as tarifas de serviços públicos acima da inflação? É incontestável a existência de um atraso a recuperar, sendo também certo que a tanto nos comprometemos diante dos organismos internacionais. No entanto, neste momento em que nos abeiramos da hiperinflação, tal reajuste teria um efeito dramático; como se

sabe, o simples anúncio de uma possível elevação acima da taxa de inflação levou as empresas a se protegerem antecipadamente. Deve o Planalto assumir o compromisso de apenas acompanhar a inflação por algum tempo no que tange aos preços administrados.

Com isso, disporá de um argumento para pedir aos empresários que assumam o compromisso de seguir as regras de uma economia plenamente indexada, em que os preços são reajustados em função da taxa de inflação, mas não acima dela. Não devemos, portanto, alimentar grandes ilusões quanto à possibilidade de se chegar a um "acordo de cavalheiros", numa fase em que a demanda é tão alta, sem correspondente oferta.

Temos de entender que não estamos conseguindo resolver os problemas da economia brasileira com a atual política de luta contra a hiperinflação. Pode-se apenas reconhecer que já é demasiadamente tarde para que se possa recorrer a medidas sérias. É importante, todavia, saber-se que duras providências terão de ser adotadas pelo futuro governo, com a esperança, aliás, de que venha a tomar posse antes de 15 de março. De fato, dificilmente se poderá evitar o surgimento da hiperinflação até essa data.